

A Carta Magna

O rascunho original da Carta Magna para as Cidades Democráticas foi formulado em Roma em 2018. Desde então, tem sido objeto de extensa discussão global. Agora, o documento inicial foi desenvolvido, revisto e reorganizado num instrumento de comunicação. O documento identifica 20 dimensões para o progresso democrático a nível local – para que cidadãos e instituições urbanas possam conceber uma ideia do lugar que as suas próprias cidades ocupam em termos de desenvolvimento da democracia.

As 20 dimensões democráticas da Carta Magna são as seguintes:

1. Democratização como tarefa contínua: alicerces de uma democratização contínua

As cidades democráticas são lugares onde as pessoas trabalham continuamente para tornar as suas comunidades mais democráticas. As cidades democráticas são investigadoras. Testam. Procuram formas, novas e antigas, comprovadas e não comprovadas, de aprofundar a participação. As cidades democráticas nunca se satisfazem com os avanços democráticos de hoje - porque estão empenhadas nos avanços de amanhã.

2. Criação de espaço para o diálogo: espaços e infraestruturas para discussão e tomadas de decisão por parte dos cidadãos.

Uma cidade democrática procura criar espaços físicos onde as pessoas possam interagir, discutir entre si e tomar decisões democráticas em conjunto, de forma livre e segura. Nas cidades democráticas estes espaços podem assumir várias formas, desde edifícios anteriormente abandonados, a bibliotecas, a escolas, a ruas recuperadas do trânsito, a centros que são claramente casas da democracia.

3. Democracia enquanto paridade: não existem normas diferentes para eleitos e demais cidadãos.

Uma cidade democrática é um lugar onde os cidadãos podem decidir ao lado dos políticos sobre qualquer assunto ou questão. Cidadãos e políticos têm uma relação de igual para igual.

4. Infraestrutura de participação: desenvolvimento contínuo de infraestruturas para participação e democracia.

Uma cidade democrática está constantemente a desenvolver infraestruturas – humanas, físicas e digitais – para a participação e democracia. Além disso, uma cidade democrática está empenhada na abertura e transparência desta estrutura – para que a própria infraestrutura possa ser refinada e alterada para melhor servir a democracia e a participação.

5. Proteção da autodeterminação local: definição das regras de participação e democracia pelos cidadãos.

Numa cidade democrática, as regras de participação e democracia são decididas pela própria população. Uma cidade democrática protege as suas práticas e procedimentos democráticos.

6. Uma voz para a juventude: uma verdadeira voz democrática para as pessoas jovens

Uma cidade democrática trabalha não apenas para educar e formar jovens para a democracia, mas também para dar aos jovens, mesmo aqueles que não têm idade suficiente para votar, um verdadeiro poder democrático, especialmente sobre as questões que mais os afetam.

7. Os movimentos sociais enquanto motores da democracia: promoção do intercâmbio entre as pessoas e os movimentos sociais

Uma cidade democrática é um lugar onde as pessoas se podem relacionar com vizinhos e pessoas desconhecidas. Uma cidade com estas características promove movimentos sociais que procuram proteger e fortalecer a democracia.

8. Do âmbito local ao nacional e internacional: ter uma palavra a dizer a nível político, em diferentes fóruns, através da cidade.

Numa cidade democrática, os cidadãos trabalham em conjunto para participar não só a nível de comunidade e local, mas também para encontrar formas de participação democrática regional, nacional e internacional.

9. Agenda 2030 na prática: sustentabilidade

Uma cidade democrática promove a sustentabilidade através de instrumentos participativos porque não há democracia futura sem sustentabilidade.

10. Participação enquanto processo: incentivar e promover a participação cívica em todas as etapas do desenvolvimento

Uma cidade democrática incentiva as pessoas a participarem na tomada de decisões em todas as etapas do desenvolvimento de políticas – desde propostas, pesquisas, debates, até às decisões finais.

11. Execução e transparência: alocar recursos suficientes para implementar as decisões dos cidadãos e avaliar a sua implementação

Uma cidade democrática tem recursos para implementar as decisões tomadas por cidadãos e estes têm de ser capazes de compreender e controlar a forma como esses recursos são gastos.

12. Eleições facilitadas: votação simples

Uma cidade democrática permite que os eleitores votem com facilidade e promove a inexistência de discriminação do método utilizado para o efeito. Uma cidade democrática deve apoiar a integração do voto tradicional e do voto eletrónico e garantir a segurança dos dois sistemas, ao mesmo tempo que fomenta a confiança e segue as diretrizes das boas práticas internacionais.

13. Cada residente é também um cidadão: direitos de voto residuais

As eleições numa cidade democrática incluem todas as pessoas, residentes e atores chave incluindo aqueles que podem ser excluídos das eleições pelo governo nacional.

14. Cada voto é ouvido: cada voto também é ouvido entre os momentos de eleição e da votação.

Embora as decisões por votação sejam necessárias, uma cidade democrática e as suas pessoas sabem que momentos eleitorais por si só não são suficientes. Numa cidade democrática, cada voto é contado no dia das eleições – e todas as vozes são ano todo.

15. Apoio democrático: apoio ao desenvolvimento das ideias dos cidadãos.

Uma cidade democrática não se limita apenas a permitir que os cidadãos apresentem as suas ideias para leis, alterações constitucionais ou regulamentos. Uma cidade democrática também aceita sugestões e apoia os seus cidadãos na apresentação das suas ideias para que sejam levadas a sério pela autoridade política local.

16. Democracia moderna e direta: democracia direta e moderna com procedimentos participativos para o envolvimento de todas as partes interessadas.

Numa cidade democrática, os cidadãos podem propor e por em prática leis (regulamentos) e constituições (cartas). Para tal, são utilizados os instrumentos da democracia direta moderna, como a liberdade de iniciativa e o referendo, e através de instrumentos da democracia participativa, como o orçamento participativo. As cidades democráticas concebem estes instrumentos de forma a encorajar a participação de todos.

17. Governança aberta: acesso digital à informação (portal eletrónico do governo, dados em código aberto, etc.)

Uma cidade democrática tenta tornar acessíveis todas as ferramentas necessárias para a cidadania em espaços digitais seguros.

18. Representação de todas as pessoas: igualdade e proteção das minorias.

Uma cidade democrática protege os direitos das minorias e promove a representação e a paridade entre géneros, raças, religiões, idades e origens geográficas, não apenas entre titulares de cargos políticos eleitos ou funcionários públicos, mas a de todos aqueles que se envolvem na participação pública.

19. A comunicação social e as infraestruturas públicas: os Média ao serviço dos cidadãos.

Uma cidade democrática tem fontes de notícias diversificadas e fidedignas para ajudar os munícipes a serem cidadãos ativos.

20. Cidade dos "vencidos mas felizes": dar voz às preocupações daqueles cujas propostas não são aprovadas.

Uma cidade democrática é um lugar onde existem munícipes que não vêem as suas propostas aprovadas. Isto significa que, depois de uma decisão ser tomada, o proponente que vê a sua proposta ser indeferida sente que foi ouvido e que teve uma oportunidade justa de participar.